

GDF rompe os convênios

Secretário de Saúde não quer mais operações

Federal - SAC

CIDADE

para esterilização

indiscriminadas de ligação tubária em hospitais

uz

A Fundação Hospitalar suspenderá, nos próximos dias, todos os convênios com o Centro de Pesquisas de Assistência Integrada à Mulher e à Criação (CPAIMC), localizado no Rio, para a esterilização de mulheres, uma prática proibida por lei e condenada pelo Código Médico. Os contratos, assinados debaixo dos panos na gestão do ex-secretário da Saúde, Alberto Barbosa, foram denunciados pelo Conselho Regional de Medicina do DF após a constatação do uso indiscriminado e criminoso dos laparoscópios — instrumentos utilizados pelos médicos na cirurgia de ligações tubárias — dentro dos hospitais regionais, particularmente na Ceilândia.

A rescisão dos convênios, anunciada pelo secretário da Saúde, Laércio Valença, não põe fim a uma guerra silenciosa entre médicos da Fundação Hospitalar. A polêmica come-

çou há um ano, desde que o CPAIMC cedeu os laparoscópios para a rede da FHDF. O presidente do CRM, Francisco Costa, denunciou que médicos que realizam a esterilização nos hospitais públicos, financiados por esta entidade, estão adotando a mesma prática na rede privada de saúde. As irregularidades estão sendo apuradas pelo Conselho, informou.

O médico Julio César Meireles, também do CRM, garantiu que existe hoje dentro da rede da Fundação Hospitalar um verdadeiro comércio de esterilização. Segundo ele, médicos que romperam com a ética cobram Cz\$ 1.700 para fazer uma ligação de trompas. Muitos deles, na sua opinião, estão convencidos de que prestam um grande benefício à população de baixa renda. Favorável à legalização da esterilização, Julio Cesar defende o "saneamento do mercado". Há, constata, um

pacto sinistro entre médico e paciente.

A representante do Conselho Federal de Medicina, Ana Lipke, acha que a questão é mais grave do que aparenta. Ela denuncia que por trás da campanha do controle da natalidade e principalmente da esterilização há entidades internacionais com objetivos "obscuros" financiando entidades como o CPAIMC que se encarregam de redistribuir os recursos.

Francisco Costa denunciou ainda os integrantes da comissão constituída pelo secretário para avaliar o convênio com CPAIMC como executores do programa do CPAIMC, porém recusou-se a fornecer os nomes. Valença alegou ter se esquecido dos hospitais regionais que firmaram contrato com a entidade. Sabe-se, porém, que os hospitais regionais da Ceilândia e de Taguatinga terão que devolver os laparoscópios.

O alvo eram as mulheres pobres

Em junho do ano passado, logo após assumir o cargo, o secretário Laércio Valença tomou conhecimento de denúncias sobre a esterilização em massa de mulheres de baixa renda executada dentro da rede da Fundação Hospitalar. Ele pediu aos diretores dos hospitais regionais informações detalhadas a respeito do uso dos laparoscópios e opiniões sobre o convênio com o CPAIMC, que cedeu os instrumentos. Valença garante que a maioria deles foi favorável à manutenção do contrato.

As dúvidas, porém, não deixaram tranquilo. Para tomar uma decisão definitiva, o secretário constituiu então um grupo formado por ginecologistas para que elaborasse um parecer. Novamente, todos foram favoráveis à manutenção do convênio. Antes de encerrar o caso, Valença decidiu levar o assunto à apreciação do Conselho de Saúde. Há um mês atrás, após exaustivos debates, prevaleceu a tese de que o contrato com o CPAIMC deveria ser denunciado e rescindido. "Dentro de alguns dias este problema será solucionado com a devolução dos laparoscópios", garante.

A polêmica, porém, continua viva. A classe médica está dividida. De um lado, há aqueles que romperam com o Código de Ética e não têm qualquer pudor de realizar práticas ilegais como a cirurgia de esterilização. Quem adotou este procedimento está rico. Outros, que obedecem cegamente ao código da profissão, contam apenas com seu salário para sobreviver. Este quadro pode ser constatado dentro da própria Fundação Hospitalar, segundo o médico Júlio Cesar Meireles, que participou de um debate sobre esterilização no auditório da Associação Médica de Brasília.

Aproveitando a presença do secretário Laércio Valença no auditório da Associação Médica, onde se realizou o debate, Júlio Cesar expôs um rosário de denúncias. O médico avalia que a esterilização de mulheres é uma das cirurgias mais frequentes em Brasília, concorrendo para o enriquecimento ilícito de muitos médicos. É uma das práticas mais comuns dentro da rede da Fundação Hospitalar, revela.

Por que o Conselho não adotou qualquer medida até hoje? Júlio Cesar explica:

"A esterilização se transformou numa fonte de renda suplementar importante para o médico de Brasília. Esta prática não é denunciada ao Conselho pelo interessado maior, ou seja, aquela que se submeteu à cirurgia. O médico não se interessa em revelar um ilícito que ele cometeu. E as coisas permanecem como estão".

O Conselho Regional de Medicina, segundo Júlio Cesar, co-

meçou a se preocupar com a questão há dois anos. A primeira providência foi analisar os modelos das atas que devem ser preenchidas pelos médicos antes da cirurgia de ligamento das trompas. "Nos pareceu um modelo de difícil leitura, inadequado", lembra. A surpresa maior, porém, foi o de constatar que as atas chegavam ao Conselho quase sempre depois da cirurgia, impossibilitando seus membros de darem um parecer. Ele admite que os documentos, quando encaminhados ao Conselho, eram guardados em uma pasta de ofícios, relegados ao esquecimento.

"Hoje, a população de baixa renda pede pela esterilização por não ver outra alternativa para se livrar do encargo social de ter muitos filhos. Se transformou em um clamor social a ponto de ter sido usado na campanha dos candidatos nas eleições de novembro no Distrito Federal. Há poucos dias, examinei uma paciente num hospital público, onde trabalho, que havia feito um parto normal recente. Três dias depois do parto, ela voltou ao hospital para se submeter a uma laqueadura (ligamento das trompas), sem indicação plausível, nem uma

ata. Eu perguntei o nome do doutor e ela se negou a dizer. Muito estranho, o sinistro compromisso que há entre as duas partes. Ela pagou Cz\$ 1.700 para se esterilizar. E isto dentro da Fundação Hospitalar".

A proibição da esterilização, segundo o médico, favorece o "comércio" nos hospitais. Por isto, Júlio Cesar defende a legalização da prática das ligações tubárias:

"É um direito da população de baixa renda, que tem poucas opções de lazer. Praticar o ato sexual como alternativa de lazer e sentir neste ato a ameaça de ter mais um filho é um drama na cabeça do pobre. É importante democratizar este procedimento. É preciso sanear este mercado, sanear esta alternativa de trabalho do médico, que tem beneficiado apenas os que romperam com a ética e se dispõem ao enriquecimento ilícito".

O exercício da ética para os médicos, segundo Júlio Cesar, tornou-se penoso. "É duro para um colega obstetra que trabalha no hospital de Brazlândia, por exemplo, que ganha o irrisório salário de Cz\$ 5 mil e pouco, não praticar a esterilização, enquanto seu colega de plantão pratica", afirma.

A representante do Conselho Federal de Medicina na Comissão de Direito à Reprodução Humana, do Ministério da Saúde, Ana Lidke, que também participou do debate, discorda da posição de Júlio Cesar. Antes de se pensar em democratizar a prática da esterilização, a médica aponta outras prioridades:

"É preciso democratizar a saúde, a educação e outras necessidades da população". Lidke não poupa críticas aos defensores da esterilização, apontou uma campanha patrocinada por entidades privadas dos países desenvolvidos nos países subdesenvolvidos para a esterilização da população e cobrou de Valença uma explicação para o convênio com o CPAIMC.

"Estou atônita com o que estou lendo (contrato entre o CPAIMC e o Hospital Regional da Ceilândia). Estou vendo um órgão público assinando um contrato para uma prática que ainda está proibida no nosso País".

Lidke se surpreendeu mais ainda com um dos parágrafos do convênio que obriga o hospital a devolver o laparoscópio, "caso não esteja utilizando o equipamento o suficiente para justificar a sua permanência".

"Só faltou ao CPAIMC colocar abertamente a exigência de que fossem feitas 15 ou 20 laqueaduras por dia", revoltou-se.

Para Lidke, é fundamental distinguir planejamento familiar do controle da natalidade. Planejamento familiar, para ela, é defensável quando é uma decisão livre, consciente e individual de um casal sobre o número de filhos que deseja ter, sem a interferência do Estado.

"Se uma mulher acha que

dois filhos bastam e se sente realizada, está muito bem. Mas se é porque não tem creche, não tem emprego ou tem salário insuficiente e sabe que sua prole não vai ter assistência médica, a gente começa a questionar se esta é uma decisão livre. No nosso país, a decisão livre e consciente é muito questionável."

Lidke está preocupada também com as confusões existentes entre o discurso libertário das mulheres e o do movimento de controle da natalidade. O movimento da mulher, que tomou impulso na década de 70, coincidiu, segundo ela, com a campanha "controlista" nos países subdesenvolvidos, onde se propagou com insistência o risco da explosão demográfica.

"É preciso chamar a atenção para o seguinte: agora, a tática dos controlistas é dizer 'mulher livre seu corpo, você tem direito ao trabalho, tem direito a se autoafirmar'. Já estão dourando a pílula. É preciso mostrar alguns dados: a Ásia que tem 81 habitantes por quilômetro quadrado é o único lugar que tem taxa de densidade demográfica maior do que a taxa mundial que é de 30 habitantes. O Brasil tem 14 habitantes por quilômetro quadrado. Precisamos de controle da natalidade? Por coincidência, porém, todos os projetos controlistas são colocados no continente africano, América Latina e outros países subdesenvolvidos."